

O ENSINO DE SEGUNDO GRAU NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES*

Acácia Zeneida Kuenzer**

No momento em que os educadores brasileiros se mobilizam em torno da discussão das novas bases e diretrizes da educação nacional, de modo a refletir os anseios da maioria da população, a discussão a respeito do segundo grau exige que se definam algumas questões de princípio que possam subsidiar a elaboração do texto legal. Sem ter a pretensão de esgotar o tema, este artigo propõe-se a apontar, de forma objetiva, algumas destas questões, à guisa de contribuição, a partir das pesquisas e debates que têm sido realizados.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA OFERTA

A primeira questão que se impõe é a necessidade de expansão da oferta de ensino de segundo grau, público e gratuito, tendo em vista que nos últimos 10 anos apenas 1 3% da população de 1 5 a 1 9 anos têm tido acesso a esse grau de ensino.

Esta taxa, que tem se mantido constante, evidencia a falta do compromisso do Estado com esse grau de ensino, a par da inadequação do programa de investimentos que o MEC tem desenvolvido.

Do ponto de vista do descompromisso da oferta, ressalta-se o fato de que a necessidade de ação supletiva das unidades federadas e

* Texto produzido a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, para discussão interna.

** Professora adjunta do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, exercendo a função de Pró-Reitora de Planejamento.

da União no esforço de universalização do ensino de primeiro grau, prioridade inquestionável, aliada à responsabilidade da União, também inquestionável, de financiar o ensino superior, tem feito do segundo grau a "terra de ninguém", sujeito às sobras de recursos das distintas esferas.

Tanto isto é verdade que a escola de segundo grau sequer tem identidade física, à medida em que tem ocupado os espaços ociosos das escolas de primeiro grau, sem condições mínimas adequadas ao seu funcionamento, em termos de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, e assim por diante.

A questão da necessidade de expansão das matrículas no ensino de segundo grau ainda configura-se mais crítica, ao considerar-se que:¹

- 33,4% das matrículas são oferecidas pela rede privada (1988);
- as regiões norte e nordeste apresentam déficit de 92% relativas ao atendimento da faixa etária de 1 5 a 19 anos (1988);
- a região que apresenta maior taxa de atendimento é a sudeste, que mesmo assim atende apenas 1 6,4% da população da faixa etária de 1 5 a 1 9 anos (1988);
- há evasão, da 1ª para a 3ª série, na ordem de 45% (86 a 88);
- 98,8% da oferta se concentram na zona urbana (1 988);
- embora não se disponha da taxa de matrículas por turno, há indicações de que um pouco mais da metade das matrículas ocorrem em cursos noturnos, com qualidade duvidosa;
- nas duas últimas décadas, não obstante a reduzida oferta, a classe trabalhadora tem se feito crescentemente presente nos cursos de segundo grau, particularmente nos cursos noturnos e nas periferias urbanas, o que tem exigido alterações qualitativas neste grau de ensino.

Todos os dados aqui apresentados foram obtidos junto ao SEEC/MEC.

Do ponto de vista da adequação dos investimentos do MEC, questiona-se a prioridade conferida à expansão do ensino técnico, de alto custo e baixa capacidade de oferta de vagas.

Assim, a rede que tem recebido maior aporte de recursos é a federal, que possui, em 1988, apenas 145 estabelecimentos e atende somente a 110.681 alunos, que correspondem a 3,3% do total de matrículas. Mesmo que se considere a necessidade de manutenção das escolas técnicas agrícolas e industriais pela União, em função do seu alto custo, não se justifica a expansão desta rede em detrimento da expansão do segundo grau regular, voltado para o atendimento da maioria da população.

Este ensino tem sido mantido fundamentalmente pelas unidades federadas, que atendem a 58,8% da matrícula inicial total, com recursos irrisórios se comparados com os recursos investidos na manutenção da rede federal, o que tem resultado na sucessiva queda de qualidade e na incapacidade de ampliação da oferta nos últimos 10 anos.

Em função destes dados, evidencia-se a necessidade da revisão dos programas de investimento no ensino de segundo grau, de modo a assegurar, sem prejuízo dos demais graus de ensino:

- a progressiva ampliação da oferta pela rede pública, de modo a atender às necessidades regionais, as áreas de urbanização crescente, as periferias urbanas e a zona rural (com escolas de boa qualidade, estrategicamente localizadas e servidas por esquemas especiais de transporte);
- a priorização conferida à ampliação das redes públicas das unidades federadas, asseguradas apenas as condições necessárias à manutenção da rede federal já existente com seus padrões atuais de qualidade.

A superação da dualidade estrutural

O ensino de segundo grau, do ponto de vista da estrutura, deverá ser único, não admitindo a dualidade estrutural, antidemocrática na raiz, que separa a escola da cultura da escola do trabalho.

É fato por demais conhecido a existência de diversos tipos de ensino de segundo grau; não obstante a proposta homogeneizante contida na Lei 5.692/71, a heterogeneidade nunca foi superada, uma vez que ela não é determinada pela estrutura escolar, mas pela estrutura social, que diferencia o trabalhador intelectual do trabalhador operativo, a serem formados em escolas desiguais. Esta diversidade deve ser reconhecida como um fenômeno estrutural característico do atual ensino de segundo grau, uma vez que é determinada pelas diferenças sociais e não pelos diferentes tipos de escola. Menos que as imposições legais, são as exigências da divisão técnica do trabalho que determinam a desigualdade na distribuição diferenciada do conhecimento.

Através desta distribuição diferenciada do saber, a escola de segundo grau instrumentaliza os alunos para ocuparem diferentes posições na hierarquia da divisão social e técnica do trabalho. Particularmente nos cursos noturnos, dada a sua generalizada má qualidade, a desigualdade na distribuição do saber faz da escola uma mera instituição cartorial, distribuidora de certificados, destituídos de maior significação em relação à posse do saber socialmente produzido, que permita o exercício da cidadania, o domínio da ciência e da tecnologia, presentes nos diferentes processos produtivos.

Vista desta forma, a diversidade na oferta de ensino de segundo grau, concretizada pela dualidade estrutural, expressa o velho princípio educativo humanista tradicional, que previa escolas para formar as novas gerações de dirigentes, que não exerciam funções instrumentais mas deveriam dominar as artes, a literatura, a oratória, a cultura universal, a par de escolas para formar as gerações de trabalhadores, que deveriam ensinar o trabalho e não a cultura geral.

Em decorrência, a dualidade estrutural, aparentemente democrática por pretensamente permitir a mobilidade social, é conservadora na raiz, pelo seu conteúdo de classe e não por sua forma. Ou seja, não é por ser profissional ou por conferir saber técnico que as escolas de segundo grau são de segunda categoria, mas por se di-

rigirem a classes sociais determinadas; ao se destinarem à formação de trabalhadores, distribuem não o saber científico e técnico contemporâneo, mas uma formação parcial e fragmentada que não permite o domínio completo de um processo produtivo.

Exemplo desta afirmação são as escolas técnicas federais que, não obstante oferecerem ensino profissionalizante, o fazem com qualidade e caráter seletivo, voltando-se para a formação de técnicos que dominam processos produtivos complexos para exercer funções qualificadas e não de trabalhadores que serão executores de tarefas simplificadas.

No entanto, se a democratização da sociedade aponta como direção e superação da dualidade estrutural, o reconhecimento de que ela tem suas raízes na divisão do trabalho, determinada pelas diferenças de classe, implica na percepção de que ela não será superada a partir da escola, e no seu interior. Ou seja, enquanto existir a divisão posta na sociedade, a diferenciação das escolas de segundo grau será inevitável, posto que seus clientes originam-se de classes diversificadas, o que determina diferentes formas de relação com o conhecimento, com a linguagem, com o trabalho, com a cultura em geral e, portanto, determina diferentes condições de aprendizagem e distintas necessidades.

Seria ingenuidade, nas atuais condições, tentar superar a dualidade estrutural a partir da escola; é necessário, contudo, iniciar o processo que culminará nesta superação. Neste sentido, é importante assegurar, como um avanço possível e necessário, que a diferenciação das escolas de segundo grau em função das áreas produtivas diversificadas com que trabalham não se transforme em desigualdade, no sentido de continuar a oferecer ensino profissionalizante para os trabalhadores e educação geral para os futuros dirigentes.

Da mesma forma, não se poderá permitir o barateamento dos cursos noturnos, que atendem preponderantemente aos trabalhadores que não têm tido assegurados os seus direitos mínimos à apropriação do saber socialmente produzido.

É importante alertar para o fato de que este barateamento tem se apresentado, nos cursos noturnos, através de propostas de **educação geral** justificadas pela necessidade de **democratização do saber**.

A questão que se põe, portanto, ao se pretender enfrentar a dualidade estrutural, é a necessidade de superação, tanto da formação profissionalizante estreita, fragmentada, voltada para a reprodução dos **modos de fazer**, quanto do academicismo fundamentado na transmissão de conteúdos genéricos e livrescos, descolados do movimento do real.

Esta constatação leva à necessidade de se refletir acerca da natureza do conteúdo da escola de segundo grau.

A politecnia como conteúdo²

Desnecessário afirmar que o velho princípio humanista tradicional, que justificava propostas pedagógicas academicistas e livrescas para o segundo grau, foi superado pelas mudanças substanciais que ocorreram na sociedade contemporânea. Esta, a partir do desenvolvimento da ciência, da tecnologia, dos sistemas de informação e comunicação, passa a abrir novos e maiores espaços da vida social, em suas dimensões cultural, política e produtiva. Em decorrência, a velha divisão entre funções intelectuais e instrumentais passa a ser superada concretamente nas sociedades modernas, no âmbito do trabalho, colocando em crise o antigo princípio educativo.

Surgem novas formas de relação entre ciência e trabalho na indústria moderna: ciência e tecnologia passam a se imbricar de tal forma que a teoria se faz operativa e as atividades se tornam complexas, a ponto de já não ser possível separar ciência e trabalho, teoria e prática, funções intelectuais e funções instrumentais.

9

Esta parte do texto toma por base o documento elaborado para a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, com vistas a subsidiar a "Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau Noturno" - 1988.

Assim, a sociedade moderna exige um novo tipo de intelectual, diretamente produtivo, cuja formação fundamenta-se em um novo equilíbrio entre a capacidade de atuar praticamente e desenvolver-se intelectualmente. Ao mesmo tempo, para que a atuação **técnico/científica** seja competente, deverá haver formação **histórico/crítica** concomitante, de modo a permitir a compreensão das relações sociais onde se inserem as práticas política e produtiva.

Esta nova forma de relação entre a vida e cultura, ciência e tecnologia, exige da escola que forme um novo tipo de intelectual, fundamentando seu projeto pedagógico em outro princípio educativo: o trabalho, enquanto atividade teórico-prática, enquanto expressão da unidade entre cultura e produção. Ou seja, a formação do novo intelectual será científica, tecnológica, politécnica, profissional, mas não manual, instrumental e fragmentada. A escola, assim concebida, terá por finalidade a formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que articulam à sua capacidade produtiva as capacidades de pensar, de criar, de estudar.

Para tanto, torna-se indispensável a aquisição de uma sólida cultura geral que permita ao jovem trabalhar intelectual e tecnicamente. Em resumo, a relação entre cultura e produção, tal como se apresenta na sociedade contemporânea, exige uma escola de segundo grau que eduque o jovem tanto para as atividades intelectuais quanto instrumentais e, ao mesmo tempo, desperte-o para a necessidade de instrução permanente e contínua que permita a atualização das atividades profissionais e culturais.

Desta forma, refutam-se, ao mesmo tempo, os tradicionais esquemas de formação profissional estreita, fragmentada e despida da apropriação dos princípios teórico-metodológicos que a sustentam e a escola clássica, humanista, tradicional, fundamentada na transmissão de um conteúdo dito geral, mas academicista e livreco.

Pelo contrário, a escola de segundo grau deverá comprometer-se com uma cultura geral diferente, fundamentada no desenvolvimento da consciência histórica, compreendida enquanto domínio progressivo, científico e tecnológico, do homem sobre a natureza.

Isto significa que a escola de segundo grau defenderá a democratização da cultura para os trabalhadores como forma de superação do aprendizado profissional estreito que eles adquirem no trabalho ou nos cursos de qualificação profissional.

Neste sentido, será geral, sem compreender, no entanto, a cultura como saber enciclopédico, em que o homem é visto como mero receptor de dados empíricos e fatos desconexos que deverá resgatar sempre que se torne necessário. Pelo contrário, a educação geral será compreendida como a apropriação dos princípios teórico-metodológicos que permitirão compreender e executar tarefas instrumentais, dominar as diferentes formas de linguagem e situar-se, a si e ao seu trabalho, em relação ao conjunto das relações sociais das quais participa.

Só assim o ensino de segundo grau, em sua dimensão politécnica, será capaz de superar tanto o academicismo clássico quanto o profissionalismo estreito.

Esta questão precisa ser analisada com cuidado porque as propostas legais e as formas concretas de ensino de segundo grau, até hoje, não conseguiram promover esta síntese.

É importante destacar que o problema é político e não existem conteúdos **gerais**, voltados para a compreensão da cultura em que se vive, a par de conteúdos **especiais**, que formem exclusivamente para o trabalho.

Todos os conteúdos - a escrita, o cálculo, a história, a física, a química, a biologia - são, ao mesmo tempo, instrumentos que permitirão a compreensão das relações sociais e a atuação competente no processo produtivo.

Ao nível do trabalho concreto, a clássica dicotomia entre a educação geral e formação especial não existe, uma vez que todo trabalho instrumental tem uma dimensão estrutural e vice-versa.

Operar máquinas não é uma atividade isenta de esforço intelectual.

tual. Pode-se, contudo, restringir o aprendizado desta atividade à mera aquisição de um conjunto de modos de fazer em determinada seqüência, sem que haja a compreensão do processo como um todo e a apropriação da ciência que a máquina incorpora.

Da mesma forma, pode-se ensinar física através da mera automatização de fórmulas e mecanismos a serem utilizados para a solução de problemas teóricos.

Daí ser a questão política, e não metodológica, por depender do tipo de homem que se pretende formar: o que domine apenas **formas de fazer**, portanto, submisso e dependente de especialistas que conceberão o trabalho externamente e ele, rebaixado à condição de mero executor. Ou o que domine os princípios teóricos e metodológicos que explicam suas ações instrumentais, de modo a dominar o trabalho em sua dimensão de totalidade e ao mesmo tempo exercer sua capacidade criativa.

Por outro lado, se é um equívoco separar as funções intelectuais das não intelectuais ao nível da escola de segundo grau, o desenvolvimento da sociedade contemporânea traz para o interior desta mesma escola uma contradição difícil de lidar.

Por outro lado, à medida em que avança o desenvolvimento científico e tecnológico, as atividades no sistema produtivo vão se tornando cada vez mais simplificadas. Esta simplificação, no entanto, é aparente, na medida em que ela resulta da complexificação da ciência. Ou seja, quanto mais se desenvolve a ciência, mais se simplifica o trabalho. Contrariamente ao que se afirma, esta simplificação deveria levar à formação científica mais aprofundada, sob pena de divorciar-se cada vez mais o trabalhador do seu instrumento de trabalho, por não dominar a ciência que ele incorpora, tornando-se, desta forma, e inversamente ao que se pretende com o processo de humanização, escravo do sistema produtivo.

Quanto mais se simplifica o trabalho, mais conhecimento se exige do trabalhador para poder compreendê-lo, não obstante a facilidade de sua execução. Esta cientificação de todas as atividades de-

verá levar a escola de segundo grau a outros caminhos formativos, em função da imbricação entre ciência e tecnologia.

Por outro lado, o próprio desenvolvimento da sociedade contemporânea, marcado pelas pressões, pela democratização, pela expansão dos meios de comunicação, pela informática, pela urbanização, vai criando novos espaços de participação política e cultural que exigem do trabalhador o domínio de conhecimentos cada vez mais amplos. Assim, a escola contemporânea, e particularmente o segundo grau, passa a ter que exercer uma função extremamente contraditória: "formar o cidadão, o homem da *polis*, sujeito e objeto de direitos, que deverá buscar a ampliação de seus espaços de participação cultural, política e econômica, enquanto produtor e consumidor; formar o trabalhador, que exercerá suas funções em um processo produtivo simplificado pelo desenvolvimento científico e tecnológico, em postos de trabalho que lhe permitirão reduzida mobilização de suas energias mentais, principalmente as relativas à reflexão e à criatividade".³

As considerações feitas até aqui mostram que os conteúdos deverão ser tratados tendo a politecnicidade como horizonte, buscando promover o resgate entre conhecimento, trabalho e relações sociais, através da democratização do saber científico e tecnológico tratado na perspectiva histórico-crítica, de modo a permitir ao cidadão trabalhador a participação competente na vida social, política e produtiva.

Isto significa trabalhar com os conteúdos que caracterizam a modernidade, marcada pela crescente cientificação da vida social e produtiva, promovendo a aquisição histórico-crítica dos princípios gerais, das formas metodológicas e das habilidades instrumentais básicas que regem os processos sociais e produtivos em suas distintas modalidades, de modo a formar o intelectual do novo tipo.

*KUENZER, Acácia. **Ensino de 2.º grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo, Cortez, 1988. p. 122.

Sem ser genérica, a proposta curricular deverá identificar as disciplinas básicas com seus conteúdos fundamentais que possibilitem a atuação nos diversos campos da vida social e produtiva.

À guisa de exemplificação, destacam-se, como conteúdos fundamentais à inserção do jovem na sociedade contemporânea, o domínio da linguagem em todas as formas, nos seus aspectos de compreensão de texto, análise crítica da mensagem, domínio da redação oficial e uso correto da linguagem oral; de rudimentos da matemática financeira de medidas, de análise de custos; da compreensão do significado, do funcionamento, da tecnologia dos sistemas de comunicação e informação contemporâneos; da compreensão dos processos sociais, com suas determinações econômicas, históricas, sociológicas, filosóficas e espaciais; dos mecanismos de interação entre o indivíduo e o coletivo pela imbricação de processos psicológicos, sociológicos e políticos; de legislação e normas, direitos trabalhistas e sindicalização; dos processos políticos dominantes nas sociedades modernas; dos imperativos de conservação do homem, da natureza, e assim por diante.

Trata-se, em última análise, de, a nível de conteúdo, estabelecer a ponte entre o geral e o específico, sem cair na especialização nem no academicismo. O ponto de partida para esses conteúdos, naturalmente, será a prática social concreta, com seus determinantes e suas necessidades, a a partir da concepção de sociedade e de homem que se deseja formar, o que irá definir a necessária direção do processo educativo. Independentemente da modalidade do curso que se ofereça, é importante não perder de vista que a estrutura curricular com seus conteúdos deverá ter o trabalho como princípio organizador, de modo a promover:

- a compreensão das relações sociais que dado processo de trabalho gera;
- o domínio de alguns processos tecnológicos, formas de fazer, mesmo que rudimentares, mas sempre sob a perspectiva de totalidade entre teoria e prática, e não de modo parcial e fragmentado;

- a aquisição dos princípios científicos, teórico-metodológicos básicos para o processo de trabalho em questão;
- a aquisição dos códigos e das formas de comunicação próprias de cada processo de trabalho;
- a compreensão das formas de articulação entre o processo de trabalho em questão e as relações sociais (as diferenças entre assistência primária à saúde e a cirurgia plástica, a arquitetura voltada para a democratização da habitação ou para o atendimento à classe dominante), e assim por diante;
- a compreensão histórica do surgimento e do desenvolvimento do processo produtivo em questão, bem como de suas perspectivas.

É importante destacar, no entanto, que os conteúdos organizados a partir da concepção do trabalho como princípio educativo deverão articular-se enquanto totalidade, em substituição à fragmentação e automatização existentes entre as diferentes disciplinas, consideradas em si mesmas.

AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

No que diz respeito às formas de organização, o ensino de segundo grau deverá assegurar:

- os mesmos padrões de qualidade entre os cursos diurnos e noturnos, em termos de conteúdo, duração, condições físicas, equipamentos e qualificação docente;
- horários e duração da jornada diária compatíveis com as especificidade dos alunos trabalhadores, nos cursos noturnos, sem comprometer os padrões de qualidade;
- esquemas de acompanhamento didático aos alunos que demonstrem necessidade, inclusive assegurando aulas de reforço e abertura das bibliotecas nos finais de semana para os alunos dos cursos noturnos, e nos períodos alternativos para os alunos do curso diurno;
- a necessária flexibilidade na organização dos calendários e nas ofertas curriculares, admitindo matrículas por disciplina para atender aos diferentes ritmos dos alunos, particularmente dos trabalhadores;

- horários remunerados de permanência dos professores na escola, para atender tanto às necessidades de planejamento quanto de atendimento aos alunos;
- a implantação de processos permanentes de avaliação da proposta pedagógica, em função de seus pressupostos, da natureza de sua clientela e dos resultados obtidos;
- mecanismos de atendimento ao estudante, particularmente ao aluno/trabalhador, no que diz respeito à alimentação, saúde, material escolar, financiados com recursos oriundos dos fundos de assistência social:
- a articulação com o ensino de terceiro grau;
- o aperfeiçoamento constante dos docentes;
- o provimento de quadro técnico e administrativo compatível.

As condições físicas

Do ponto de vista das condições físicas, a escola que tem no horizonte a politecnia deverá ser moderna e atualizada, com espaços e equipamentos adequados, bibliotecas, laboratórios e salas especiais que viabilizem o trabalho com o conteúdo científico-tecnológico e histórico-crítico que caracterizem a modernidade.

A politecnia é impossível em escolas de "cuspe e giz", exigindo uma ação política voltada para a construção da identidade física da escola de segundo grau, através da construção de prédios adequados e devidamente equipados.